



Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE**

**LEI Nº 595/70**

**DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS  
RODOVIÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE:**

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Prefeito sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º)- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, segundo resultado apurado através da Concorrência Pública chamada pelo Edital Nº 009/70, de 15 de julho de 1.970, por compra diretamente do fabricante ou seu distribuidor, exclusivamente para o serviço e conservação de Estradas de Rodagem Municipais, através de contrato de compra e venda, com cláusula de alienação fiduciária, de descrição do equipamento, marca modelo, ano de fabricação, etc. no valor à vista de Cr\$ 176.100,00 (cento e setenta e seis mil e cem cruzeiros).

Art. 2º)- Fica o Prefeito Municipal autorizado ainda a contratar empréstimo até o valor de Cr\$ 308.613,75 (trezentos e oito mil, seiscentos e treze cruzeiros e setenta e cinco centavos), a ser aplicado nos termos desta lei, na importação do equipamento mencionado no artigo anterior, e no pagamento das respectivas despesas financeiras, participando a Prefeitura Municipal como USUÁRIO na operação do financiamento, firmar contratos, aceitar cláusulas, assumir os encargos financeiros a operação, emitir notas promissórias no valor dos encargos e aceitar títulos emitidos pelo vendedor e demais documentos necessários.

§ ÚNICO – A aquisição do equipamento referido acima, poderá reverter à forma de compra para pagamento a prazo, mediante financiamento de terceiros, com prazo até 25 meses, através do AGENTE FINANCEIRO, pela Resolução Nº 45 do BANCO CENTRAL, desde que o valor da compra, mais as despesas de financiamento não ultrapassem a importância de Cr\$ 308.613,75 (trezentos e oito mil, seiscentos e treze cruzeiros e setenta e cinco centavos).

Art. 3º)- A garantia de pagamento de preço de aquisição do equipamento referido no artigo primeiro desta lei, bem como os respectivos encargos financeiros de qualquer natureza, tudo no valor de Cr\$ 308.613,75 (trezentos e oito mil, seiscentos e treze cruzeiros e setenta e cinco centavos), preço financiado mais despesas, será dado mediante aplicação de parcelas das quotas a que tiver direito o Município, no IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS, e ou FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, instituído pelo artigo 26 da Constituição Federal.

§ 1º)- Se as quotas mencionadas neste artigo tiverem sua denominação modificada ou forma substituída por outro imposto, esta



Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE**

modificação ou novo imposto substituirá a garantia de pagamento mencionada no artigo terceiro.

§ 2º)- O Município se obrigará nos Orçamentos dos Exercícios de 1.971, 1.972 e 1.973, consignar verbas para liquidação das obrigações estabelecidas pelo artigo terceiro, nos montantes respectivamente: 1.971 – Cr\$ 148.134,60 (cento e quarenta e oito mil, cento e trinta e quatro cruzeiros e sessenta centavos); 1.972 – Cr\$ 148.134,60 (cento e quarenta e oito mil, cento e trinta e quatro cruzeiros e sessenta centavos); 1.973 – Cr\$ 12.344,55 (doze mil, trezentos e quarenta e quatro cruzeiros e cinquenta e cinco centavos).

§ 3º)- Os valores mencionados no parágrafo anterior, serão reajustados, isto é, reajustáveis de acordo com o estabelecido no final do parágrafo único do artigo segundo supra.

§ 4º)- O Prefeito Municipal poderá autorizar irrevogavelmente o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A., Banco do Brasil S/A., ou o Banco do Estado Paraná, ou o Banco do Estado de Santa Catarina S/A., ou qualquer fonte pagadora das quotas referidas neste artigo, contabilizar à débito na conta do Município, em que forem creditadas as quotas mencionadas, as importâncias correspondentes a liquidação das obrigações contraídas com o financiamento do equipamento citado no artigo primeiro.

Art. 4º)- Fica o Prefeito Municipal autorizado a, em nome do Município outorgar procurações em causa própria ao Agente Financeiro e ao representante exclusivo do fabricante e, ou a qualquer outra instituição financeira que conceder financiamento ao Município para receber em qualquer das fontes pagadoras, parcelas das quotas mencionadas no artigo quarto desta lei, até o limite das obrigações contraídas na operação de financiamento objeto desta lei.

Art. 5º)- Todos os valores constantes da presente lei, inclusive os que se referem o artigo terceiro, parágrafo segundo, bem como a autorização de que trata o parágrafo terceiro do mesmo artigo, ficam automaticamente reajustados na proporção da oscilação das taxas no período correspondente entre a data da assinatura do contrato de financiamento e a data do fechamento do contrato de câmbio.

Art. 6º)- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 29 de agosto de 1.970.

Publicada a presente Lei,  
nesta Secretária Municipal,  
na mesma data.

---

Hélio Wasum  
Prefeito Municipal

---

Armélindo Massocco  
Secretário Municipal